



CAMARGO, H. R. E. **Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos para políticas de acolhimento a migrantes de crise.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

## **DIÁLOGOS TRANSVERSAIS: NARRATIVAS PARA UM PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTOS PARA POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO A MIGRANTES DE CRISE<sup>1</sup>**

Vinícius Villani Abrantes<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
(mlvillaniabr@gmail.com)

A tese de doutorado escolhida para esta atividade foi defendida por Helena Regina Esteves de Camargo, em 25 de junho de 2019, no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas. O desenvolvimento do material foi orientado pela Professora Doutora Ana Cecília Cossi Bizon, filiando o desenvolvimento do percurso teórico e crítico à área de concentração “Linguagem e Educação”.

A tese está inserida no cenário das migrações transnacionais do século XXI, em que o Brasil é considerado um dos países de destino para muitos migrantes que desejam encontrar melhores condições de vida. Logo neste ponto, convém explicar dois recortes teórico-metodológicos com relação a nomenclaturas que a autora se vale durante a construção da tese: (i) “migrações (ora, também, migrantes) transnacionais” – a autora entende que pelos indivíduos em processo migratório estarem envolvidos simultaneamente em ambas as sociedades (de origem e de destino), da mesma forma, sob uma olhar da sociedade internacional, eles seriam transnacionais; e (ii) migrantes de crise – para os fins da tese da Camargo (2019), ela considera que a crise migratória teria uma bilateralidade, haja vista o contexto do Estado de origem do indivíduo, da mesma forma, a falta de preparo técnico, crise política e social no Estado de destino (de acolhimento/ de recepção).<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Esta resenha foi apresentada como requisito parcial para aprovação na LIG946 (A) Seminário de Tópico Variável em Linguística Aplicada – Português Língua de Acolhimento: métodos e práticas comparadas, do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLin/UFMG). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>3</sup> É importante mencionar que Camargo (2019) se vale de importantes teóricos das não apenas das ciências sociais, tais como: Baeninger; Peres (2017); Glick-Schiller (1999); Levitt; Glick-Schiller (2004); Simon (1995); Clochard (2007); Bizon; Camargo (2018); entre outros, para fundamentar as escolhas realizadas. Para a seara jurídica, sabe-se que os indivíduos que se encontram em



Camargo (2019) estipula duas questões que nortearam a pesquisa: “Como os participantes narram as políticas de acolhimento, incluindo as políticas linguísticas, empreendidas pelo Estado ou pela sociedade civil, voltadas aos migrantes de crise no município de São Paulo?” e, logo, “Que encaminhamentos para as políticas de acolhimento emergem nessas narrativas?”. Dentro dessa seara, os objetivos são: (i) proceder à análise documental da legislação migratória municipal (SP) e federal e (ii) analisar como os atores envolvidos na elaboração, na execução e no recebimento das políticas de acolhimento direcionadas aos migrantes de crise, no município de São Paulo, percebem essas políticas. Objetivou-se buscar, nas narrativas desses atores, aspectos das políticas de acolhimento para migrantes de crise que pudessem sinalizar caminhos para a (co)construção de um processo de (re)territorialização significativa — o que, conseqüentemente, poderia subsidiar o planejamento de um protocolo de encaminhamentos a essas políticas.” (CAMARGO, 2019, p. 36).

Para a construção do percurso crítico e analítico da obra, isto é, para chegar às conclusões da tese sobre os possíveis encaminhamentos para políticas de acolhimento de migrantes de crise, a autora divide a tese em seis capítulos, sendo eles: (i) Introdução, em que apresenta uma contextualização da pesquisa e demais considerações iniciais que foram mencionadas anteriormente; (ii) Metodologia; (iii) Acolhimento como Política de Reterritorialização; (iv) Migração nas Legislações; (v) Narrativas de Acolhimento: encaminhamentos para políticas públicas; e, por fim, (vi) as Considerações (sem) Finais.

Na metodologia, Camargo (2019) aponta sobre a geração de dados através da coleta de narrativas.

As narrativas são entendidas à luz da perspectiva performativa da linguagem [...] narrativas como conversa em interação e como prática social. Sob essa perspectiva, tanto o ato de narrar uma história quanto os modos de fazê-lo são informados por fala e ação prévias e, portanto, as narrativas não podem ser abstraídas do contexto original em que ocorrem. [...] **nas narrativas emergem histórias que são (co)construídas na interação, podendo levar os diferentes interlocutores a exercerem diferentes tipos de ação e de compromisso.** (CAMARGO, 2019, p. 58) (grifo nosso).

Para tanto, foram gravadas as conversas com os seguintes participantes: um assistente da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMig), vinculada à prefeitura de São Paulo, uma coordenadora pedagógica da Educação Básica municipal, uma assistente social de uma instituição

---

migrações forçadas são categorizados de acordo com os motivos que os levam a deixar seus respectivos países. Contudo, vale acrescentar que já existem estudos a partir das Abordagens Terceiro Mundistas do Direito Internacional (TMAIL, em inglês) que entendem que a definição clássica de refúgio (que é a que comumente se observa nas literaturas), especificamente no que se refere ao limitado rol de motivos que levam migrantes a deixarem seus Estados de origem já não é suficiente dentro dos novos fluxos e influxos do mundo globalizado. (SARTORETTO, 2018).



religiosa que presta serviços a migrantes no município, uma servidora pública migrante de uma instituição federal de ensino, uma coordenadora de um coletivo de migrantes, dois professores de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), duas professoras da Educação Básica municipal e um migrante de crise.

No capítulo subsequente, “Acolhimento como Política de Reterritorialização”, Camargo (2019) entende que o acolhimento deve estar vinculado às políticas públicas (horizontais e verticais) para migrantes visando à sua reterritorialização. Para tal, a autora explica os conceitos de território (tanto no sentido físico, como simbólico) e territorialidade. Além disso, apresenta o Português como Língua de Acolhimento (PLAc) e a importância de que ele seja entendido como uma política (linguística) pública institucionalizada – perpassando pelo programa Portas Abertas: Português para Imigrantes do município de São Paulo.

Ato contínuo, no capítulo “A Migração nas Legislações”, Camargo (2019) apresenta a Lei Municipal de Migração no 16.478/16 e a Lei Federal de Migração no 13.445/17. A autora ainda menciona os avanços trazidos pela lei municipal frente à legislação federal, principalmente, no que se refere a formação de pessoal para atuarem nos contextos de acolhimentos dentro da cidade de São Paulo. Sabe-se, por fim, que ambas as legislações foram resultado de uma longa pressão da sociedade civil, por intermédio de diversas instituições, como: Cáritas, da Missão Paz, do Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH); e coletivos de migrantes.

Logo, no capítulo “Narrativas de Acolhimento: encaminhamentos para políticas públicas”, a partir da geração de dados pelas narrativas, Camargo (2019) elenca alguns pontos como “Protocolo de encaminhamentos para as políticas públicas de acolhimento aos migrantes de crise” (Cf. CAMARGO, 2019, p. 231-233). Dentre eles, destaco um item: **“Mencionar explicitamente que os programas públicos são dirigidos aos migrantes, da mesma forma que são para brasileiros, e programar os meios de inscrição de forma que os inclua”** (CAMARGO, 2019, p. 231, grifo meu). Sabe-se que a falta dessa explicitação pode levar migrantes ao entendimento de que os programas não são para eles e, portanto, à sua exclusão.

Por fim, Camargo (2019) conclui na respectiva tese que, nesse duro cenário migratório, o conhecimento da língua portuguesa foi narrado pelos participantes como um fator relevante para que a reterritorialização dos migrantes de crise não seja precária. Dessa forma, os cursos e projetos de Português como Língua de Acolhimento foram mencionados como uma das grandes necessidades para adultos, adolescentes e crianças – muito embora no município de São Paulo tenha a institucionalização do PLAc, ainda se observa um maior oferecimento de cursos para adultos, deixando de lado, de alguma forma, ações para acolher linguisticamente crianças e adolescentes nas escolas.



## Referências

CAMARGO, H. R. E. **Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos para políticas de acolhimento a migrantes de crise.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SARTORETTO, L. M. **Direito dos Refugiados: Do Eurocentrismo às Abordagens de Terceiro Mundo.** 1. ed. porto alegre: arquipélago editorial, 2018.

Recebido em: 28/04/2023

Aprovado em: 07/11/2023